

Apresentação

Introduction

Fábio Franzini

fabio.ff.franzini@gmail.com

Professor adjunto

Universidade Federal de São Paulo

Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Estrada do Caminho Velho, 333 - Jardim Nova Cidade

07252-312 - Guarulhos - São Paulo

Brasil

Quem assistiu a *Monty Python em busca do cálice sagrado* (1975) talvez se lembre de que a certa altura do filme as hilárias desventuras do rei Arthur e seus Cavaleiros da Távola Redonda são interrompidas por uma claquete e o anúncio de uma voz em *off*: “História para a escola, tomada oito. Ação!”. Um homem já idoso, de terno, lenço, gravata borboleta e cabelos desgrenhados, põe-se a falar de imediato. Trata-se, diz a legenda, de “um famoso historiador”. Em pé diante de árvores e ruínas e olhando para a câmera, ele começa a explicar de modo didático como, após fracassar na tomada de um castelo controlado por franceses, Arthur mudara de estratégia para encontrar o Graal; inesperadamente, então, um cavaleiro medieval surge num rompante e o decapita com sua espada.

Se o insólito da situação provoca o riso no espectador, em nós, historiadores e historiadoras, ela não deixa de gerar também certo desconforto. Afinal, a ácida ironia dessa sequência de pouco mais de trinta segundos remete às convenções que caracterizam a nossa profissão, às representações sobre nossa figura e às relações entre presente e passado – sempre tensas, ainda que, para a nossa sorte, dificilmente um vulto de outros tempos esteja à nossa espreita em um arquivo ou em uma biblioteca. Em outras palavras, nós nos reconhecemos naquele desafortunado colega fictício, nós nos vemos, sem dificuldade, fazendo o mesmo que ele, quem sabe até com linguajar e trejeitos semelhantes. É como, enfim, se estivéssemos diante de um reflexo: um reflexo distorcido, é verdade, mas que ainda assim não deixa de refletir a *nossa* imagem.

Até que ponto, no entanto, os próprios historiadores e historiadoras se interessam por se olhar no espelho e, sobretudo, em compreender de modo crítico aquilo que veem? Ainda que soe petulante, o questionamento não é descabido: de acordo com Gérard Noiriel, o *métier d'historien*, tal como apresentado por Marc Bloch, tornou-se após a Segunda Guerra Mundial uma referência importante nos debates sobre a autonomia e a legitimidade da disciplina história; em contrapartida, o “reforço das competências profissionais do historiador” não nos incentivou a empreender “uma efetiva sociologia da

corporação". Não por acaso, diz Noiriel, "a definição da palavra 'historiador' permanece hoje, mais do que nunca, uma questão de disputas internas".¹

O dossiê que *História da Historiografia* ora publica busca chamar a atenção para a relevância de tal discussão, abrindo espaço para pesquisadores que a enfrentam sob diferentes recortes e perspectivas. Nada aleatória, a opção pelo tema também retoma e ecoa o clássico "A operação historiográfica", de Michel de Certeau, cuja pergunta inicial – "o que *fabrica* o historiador quando 'faz história'?" (CERTEAU 2006, p. 65) – serviu de mote para a chamada de artigos. Como dissemos então, pretendíamos receber textos que, ao tomar o *sujeito historiador* como tema central, discutissem como o lugar social, as práticas e regras do campo e a dimensão própria à escrita atuam sobre o trabalho de um historiador ou de uma historiadora particular e podem ser percebidos, apreendidos, compreendidos quando projetados sobre sua trajetória, sua produção, os debates em que se envolveu. Nesse sentido, a nossa questão operava um ligeiro, mas significativo, deslocamento em relação àquela de Certeau: *quem é o historiador, quem é a historiadora quando "fazem história"?*

Os leitores e leitoras poderão apreciar, nos artigos que se seguem, algumas das respostas formuladas. O dossiê se abre com a análise de Wilma Peres Costa sobre um texto inacabado de Alfredo Taunay, o "estudo histórico" intitulado "A cidade de Mato Grosso (Vila Bela), o rio Guaporé e sua mais ilustre vítima", publicado na *Revista do IHGB* em 1891. Atenta aos propósitos e aos procedimentos historiográficos de Taunay, a autora demonstra como este escrito específico revela um intelectual premido pelo presente vivido, pela história e pela memória, a quem resta, numa bela metáfora, escavar ruínas pessoais e nacionais em busca da compreensão do tempo do Império recém-suplantado pela República. A escrita da história mostra-se, assim, também como escrita de si, e vice-versa.

Logo depois, dois artigos abordam nomes que representam muito das formas e lugares do fazer historiográfico no Brasil antes da criação e, depois, da plena consolidação dos cursos universitários de História. Adriana Mattos Clen Macedo e Ana Paula Sampaio Caldeira destacam a atuação do hoje esquecido Ramiz Galvão, primeiro à frente da Biblioteca Nacional, entre 1870 e 1882, e mais tarde no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre 1912 e 1938. Em diálogo direto com Certeau, as autoras exploram e enfatizam a dimensão do lugar social do historiador, mostrando a complexidade do trabalho desenvolvido por Ramiz Galvão em ambas as instituições e seu significado para a historiografia brasileira entre as décadas finais do século XIX e as primeiras do XX. Renato Amado Peixoto, por sua vez, volta-se a Jaime Cortesão e sua participação no debate acerca da formação territorial do Brasil e da política externa do país nas décadas de 1940 e 1950. Neste caso, são o Ministério das Relações Exteriores e o

¹ "Après la Seconde Guerre Mondiale, la référence au 'métier du historien' sera fréquemment réactivée par ceux qui auront à coeur de défendre l'autonomie de leur discipline. Mais, paradoxalement, cette valorisation des compétences professionnelles de l'historien n'a pas incité ces derniers à entreprendre une véritable sociologie de leur corporation. La définition du mot 'historien' reste, aujourd'hui plus que jamais, un enjeu de luttes internes" (NOIREL 2010, p. 526).

Instituto Rio Branco que aparecem como os *loci* nada neutros ou desinteressados que abrigaram Cortesão e sua produção, uma vez que, como diz Peixoto, tanto o autor quanto o ponto de onde falava estavam inseridos num “metajogo” não apenas historiográfico, mas também político.

Com o texto de Fernando J. Remedi, historiadores e historiadoras ligados à Universidade entram em cena no dossiê. Remedi lança luz sobre o trabalho de Ceferino Garzón Maceda, que, a partir da Universidade Nacional de Córdoba, foi um dos artífices da “primavera renovadora” vivida pela historiografia argentina entre 1955 e 1966. Ao fazê-lo, expõe, por um lado, como as inovações promovidas por Garzón Maceda em direção a uma “história-problema” de corte econômico e social não abandonaram de todo a tradição disciplinar local de caráter documentalista, antes se mesclaram a ela; por outro, mostra como esse historiador foi uma voz solitária no contexto cordobês, o que fez dele a própria personificação das transformações historiográficas ali ocorridas.

Na sequência, três artigos enfocam três grandes historiadoras acadêmicas brasileiras, pertencentes, de certo modo, à geração de pioneiras em uma área dominada pelos homens (algo, aliás, ainda pouco tratado pela história da historiografia). Otávio Erbereli Júnior trata de Alice Piffer Canabrava, analisando especificamente o episódio do concurso para a cátedra de História da Civilização Americana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, em 1946, no qual ela foi claramente preterida em favor de outro candidato – e o gênero, aqui, não é algo secundário, como mostra o autor. Já Carmen Silvia da Fonseca Kummer Liblik dedica-se a um balanço analítico da carreira de Maria Yedda Linhares, no qual atenta para aspectos pessoais e profissionais destacados pela própria Maria Yedda em entrevistas, mas sem deixar de propor, também pela perspectiva do gênero, uma reflexão sobre o que é silenciado ou mitigado por tais relatos de si. Por fim, Daiane Vaiz Machado apresenta como determinadas escolhas, posições e práticas fizeram com que Cecília Westphalen construísse e afirmasse seu “modo de ser historiadora” no decorrer da segunda metade do século XX; longe de traçar um percurso linear, o que a autora procura ressaltar é a dinâmica de tal construção, com as inevitáveis tensões e conflitos que a envolveram.

Fechando o dossiê, Nicolás Lavagnino e João Rodolfo Munhoz Ohara tomam discussões historiográficas atuais e inovadoras como ponto de apoio para os exercícios analíticos que desenvolvem em seus respectivos textos. Lavagnino examina o livro *Coacción y Mercado*, de Enrique Tandeter – “um clássico da historiografia acadêmica argentina contemporânea” –, à luz da teoria narrativista proposta por Hayden White; com isso, coloca em questão a potencialidade e os limites desta teoria para a compreensão da operação historiográfica e aponta como a sua radicalização pode revelar com maior precisão a presença da imaginação histórica e historiográfica no trabalho que realizamos com o passado. Já Munhoz Ohara parte dos conceitos de “virtude epistêmica” e “*persona* acadêmica” para perceber o sentido que historiadores e historiadoras brasileiros atribuíram à ideia de *sensibilidadade histórica* nas décadas de 1980 e 1990. Por meio do exame de duas resenhas e um ensaio bibliográfico produzidos à época, o autor apresenta

por um ângulo bastante original os valores que se atribuíam ao “ser historiador” naquele momento – que, de certa forma, é ainda o nosso.

Tomados em conjunto, estes artigos demonstram que, apesar dos riscos inerentes a tal movimento, voltar-se ao *sujeito historiador* não significa ceder à tentação da “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 2006), muito menos atribuir-lhe a característica do gênio individual e solitário, único responsável por sua vida e, principalmente, obra. Mais importante ainda, ao explorarem o que historiadores e historiadoras muito diferentes entre si produziram entre o século XIX e o XX, o que falaram de si próprios, o que se falou sobre eles e elas, os registros das instituições onde atuaram e pelas quais transitaram, os traços das redes de sociabilidade que teceram ou das quais se afastaram, os autores e autoras aqui presentes delineiam uma verdadeira agenda de pesquisa. Levada adiante, ela decerto possibilitará o desenvolvimento tanto daquela sociologia da corporação reclamada por Noiriel quanto novas e fecundas possibilidades para a história da historiografia.

Para encerrar, cabe notar que o escopo deste dossiê se liga diretamente ao de outros dois já publicados pela revista: o anterior, “A história e seus públicos. A circulação do conhecimento histórico: espaços, leitores e linguagens” (n. 20, 2016), e o que teve como tema “Os cursos de história: lugares, práticas e produções” (n. 11, 2013). Se cada um deles tem, evidentemente, a sua especificidade, a articulação entre si forma um rico e instigante painel sobre a identidade historiadora, o qual nós, editores, esperamos que expresse como *História da Historiografia* vem cumprindo um dos papéis mais importantes de um periódico científico: estar em sintonia com as questões de seu tempo.

14

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 [1975], p. 65-119.
- NOIRIEL, Gérard. Métier/communauté. In: DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick; OFFENSTADT, Nicolas (Dir.). **Historiographies**. Concepts et débats, I. Paris: Gallimard, 2010, p. 518-528.